

A questão toponímica e identitária da Beira e da Covilhã

António dos Santos Pereira

Universidade da Beira Interior PT

Tinham-nos pedido uma cronologia da serra da Estrela e o desvendamento dos segredos dos topónimos atuais mais importantes e dos que se perderam no tempo, mas continuam na bibliografia, a propósito dos Montes Hermínios, da Beira e da Covilhã. Tentaremos ir um pouco mais além até às questões da identidade que concernem sempre a forma como um povo se descobre a responder coletivamente aos desafios civilizacionais que lhe são colocados nos territórios onde habita e, portanto, com a sua história ou memória de processos, sucessos e fracassos, que é dizer, numa palavra, reflexão e, logo, mudança e futuro.

Desenvolvemos a ideia da formação de uma região da Beira, contemporânea do condado portugalense, junto às vertentes da Estrela, para norte, nos séculos XI e XII, a Beira Alta, com capital em Coimbra e polos em Seia, Viseu e Lamego; e para sul, quando Portugal já era Reino, a Beira Baixa, nos séculos XII e XIII, quando se formou o eixo da Guarda, pela Covilhã e pelo Fundão, até Castelo Branco e que se estendeu ao Norte Alentejano, pelas telúricas Portas do Ródão, redesenhando a antiga diocese egitaniense. Em particular, este eixo a nascente da Estrela chegou aos nossos dias pleno de virtualidades: económicas e institucionais, sociais, políticas, culturais e religiosas. A formação de uma Beira, a norte da Estrela, deve muito a algumas figuras como Fernando I de Leão (1037-1065) e D. Sesnando de Coimbra (1064-1091), aos Condes Portucaleenses e à Bula *Apostolicae Sedis* de 1102, do papa Pascoal II, que garantiu a unidade da Beira, a norte da Estrela, por meio século ou seja até 1147, ao fazer tutelar todas as suas autoridades e instituições religiosas pela cidade do Mondego. Entre as instituições coimbrãs, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra desenvolverá uma presença muito ativa na Covilhã,

4. BAPTISTA, José David Lucas, *Do Ermínio à Serra da Estrela. Notas sobre uma Alteração Toponímica e Outros Estudos*, Manteigas, Edição do Parque Natural da Serra da Estrela, 1993; *Manteigas, Uma Vila da Serra da Estrela de 1136 a 1527*, Manteigas, Edição do Parque Natural da Serra da Estrela, 1990; *Nomes de Lugares do Concelho de Manteigas*, Lisboa, 1978; *Notas sobre a História de Manteigas*, Manteigas, 1980; *Notas sobre a Origem de Manteigas*, Manteigas, 1980; *Património Cultural e Património Natural do Concelho de Manteigas*, Manteigas, Câmara Municipal, 1984; *O Povoamento da Serra da Estrela de 1055 a 1223 e Outros Estudos*, Lisboa/Manteigas, Coedição do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e do Parque Natural da Serra da Estrela, 1988; «Sobre o nome de Manteigas», in *Notícias de Manteigas* de 31 Dezembro de 1985; *Tombo dos bens Móveis e de Raiz do Concelho de Manteigas em 1560*. Cópia de 1766, int. e notas, Manteigas, 1984.

5. José Marques, «As Doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. V/ *Sociedade, administração, Cultura e Igreja em Portugal no século XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, p. 341.

6. Mário Martins, ««Ladainhas de Nossa Senhora em Portugal (Idade Média e séc. XVI)», *Lusitania Sacra*, Lisboa, 5 (1960-1961), p. 148.

extensos rios exclusivamente portugueses, o Zêzere e o Mondego. Vamos por partes. De facto, serra é o topónimo de todos os tempos como além é lago nas línguas locais. As tribos celtiberas nomeariam a serra por *Sama* e os romanos por *Alpis*, que significam tão somente monte. Os muçulmanos chamaram-lhe *Tal* ou *Minshar* ou *Al Sharat*. Não resolvemos, pois, o mistério, apenas o adensamos para as gentes de fora, que não se habituaram, como nós, apenas a serra. É que os Montes Hermínios nem sempre foram grafados sobre esta parte da cordilheira central e a designação serra da Estrela acontece tardiamente, quando D. Sancho I deu foral à Covilhã em 1186. Parece não haver dúvidas que esta ainda se chamava *alpis maior Hermenum*, ou Montemor dos Hermínios, dada a forma como surge nas primeiras décadas do século XII: em 1113, quando Ausenda Alvites vende ao presbítero João a parte que lhe pertencia de três vinhas em S. Romão; e, em 1136, no foral de Seia. A expressão ablativa e locativa “*de mondeco usque in hermeno*” assim supõe aquela designação. Tal pode querer dizer que a conquista da vertente sul do *mons* ou *alpis maior Hermenum* fez alargar a marca da atual Torre, então conhecida por *Stella*, que ainda hoje faz as divisões concelhias, entre a Covilhã e Seia e Manteigas, a todo este conjunto montanhoso, não nos afastando muito de quem primeiro fez uma razoável síntese a propósito, José David Lucas Batista⁴. De facto, percorremos os *Portugaliae Monumenta Historica* e nada conseguimos de novo em relação àquilo que já tínhamos desenvolvido no 2º Congresso de História de Guimarães. A primeira vez que notámos na documentação uma possível designação toponímica da Estrela remonta a 1140 quando D. Afonso Henriques coutou a Villa Menendi e Santa Maria da Estrela ao mosteiro de Tibães⁵. Como a abadia de Santa Maria da Estrela só veio a estabelecer-se na Boidobra em 1220, e a abadia-mãe, em Maceira do Dão, também é posterior àquela data ou há erro na datação ou é uma outra Santa Maria da Estrela que não conseguimos localizar. Ainda que já imbuídos do espírito científico e desmistificador do século XIX, alguns autores deixam-nos mistérios para explicar a Estrela, como Marrecas Ferreira e Leite de Vasconcelos, aquele, focado em um templo que aqui houve à Estrela de Alva, este, numa ermida a Nossa Senhora da Estrela, guia dos pastores. Não podemos rejeitar, de imediato, estas designações e menos ainda a ligação a Maria, também dita *Stela Matutina*, que aqui teve, mais do que uma ermida, uma freguesia matriz, das mais importantes da Beira-Serra, e uma abadia, cedo dedicada, e que fazia parte de todas as ladainhas. De facto, encontramos numa destas ladainhas datada do século XII pela primeira vez a invocação «*Sancta Maria, lucidissima maris Stella, salus mundi, ora pro nobis*»⁶. E não podemos deixar de considerar ali um qualquer templo pagão, como quer Marrecas Ferreira, dada a força telúrica do lugar, que esta teria

vindo substituir⁷. Fica, no entanto, a noção que nos traz o Padre Mário Martins de uma litania do século XII, coincidente na invocação com a designação para o cimo da serra, que traz o foral da Covilhã do mesmo período.

Em simultâneo, quisemos resolver todos os mitos a propósito do topónimo Covilhã, mas ficamos apenas em parte da solução, acreditando que o mesmo sucede a *caviliana* ou *coviliana* e pode ter origem céltica ou indo-europeia, como também um conjunto largo de topónimos à volta da serra, ou, porventura árabe, dado o facto de cola significar cume, em tal idioma, e cala, fortaleza, e termos herdado muito perto uma “al caria” (a aldeia, vila, povoação) e um “al caide” (a fortificação) e dela correr para ocidente uma ribeira do Caia, pelo Paul e Ouron-do para o Zêzere. Conceituado autor, Pedro Augusto Ferreira, deixou-nos em *Tentativa etymologico-toponymica* a informação de que “*Cavea*” ou Cova entra na constituição do nome de mais de quinhentas das povoações portuguesas considerando ainda a oscilação v/b: caba ou cava coba ou cova e entre essas palavras, percebermos Covilhã⁸. Nós confirmámos que mais de 4% das palavras portuguesas começam por “co”. Também podemos entender que o elemento prepositivo *co* (*cum*) não significa mais do que junto de e coincide com o *chez* francês: Coimbra (*Colimbria*), Coja (*Cogia*), Columba, Comba, Concela, Cova, Covas de Candosa, Covanca, Couto (*Cautum*), Cooural, Covelo, Covela, Covilia, no singular e no plural. Cavalion foi o mais próximo que encontramos no distrito de Viseu⁹.

Quanto à designação da região como Beira, esta aparece pela primeira vez em 1223, na expressão “*in tota Covilliana et Beira*” utilizada em diploma pontifício. E parece-nos totalmente resolvida a questão toponímica na sentença definitiva do Cardeal João de S. Nicolau delimitando os termos das dioceses da Guarda e de Coimbra, confirmada pelo papa Alexandre IV em 27 de abril do mesmo ano. Nesta sentença, aparece de novo a expressão “*totius Beire et Covelliane*”, o que quer dizer Beira Alta e Beira Baixa, mas remete para o princípio do pontificado de Inocêncio III e também, pela primeira vez, os Hermínios aparecem claramente como serra da Estrela.

7. Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «As Lendas da Serra da Estrela na Tradição Escrita», in AAVV, *Expedição à Serra da Estrela em 1881. Relatório da Secção de Etnografia*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Imprensa Nacional, p. I-122.

8. Pedro Augusto Ferreira, *Tentativa etymologico-toponymica ou investigação da etymologia ou Proveniencia dos nomes das nossas povoações*, Porto, Typographia Pereira, 1907, p. 28.

9. *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, I, parte II, fasc. VII, p. 926.

10. Arnold J. Toynbee, *A Study of History*, 12 vols. London, Oxford University Press, 1934-1961.

2. A questão identitária

Esta é uma questão insolúvel desde o século XIX, curiosamente quando nasceram os nacionalismos mais ferozes. O homem descobriu-se um ser no tempo fundo e transformado pelo tempo com as chegadas de Darwin e dos evolucionistas em geral e, por consequência, com uma natureza que funciona mais como um paradigma perdido do que definida de uma vez para sempre, ideia a que chegará Edgar Morin nos nossos dias. Também os povos terão um paradigma perdido em permanente modelação na História. Com efeito, tanto o homem como os povos constroem as suas identidades nesta e é na memória individual ou coletiva que se reencontram, percebendo-se que nem sempre de forma explícita nas imagens que guarda.

Na longa duração, os povos guardam em si uma memória coletiva dos desafios de sobrevivência a que foi dando resposta mais ou menos cabal, como nos diz Arnold Toynbee, de guerra e paz, dominação e libertação, de fome e prosperidade, de epidemia e cura ou salvação¹⁰. Qualquer beirão é capaz de explicitar um tempo longínquo, que obviamente não vai além de três mil anos, de uma sucessão de guerras e ocupações que atingiram o espaço em que nos encontramos na Beira e foram dando lugar a dominações: Lusitanos, Romanos, Visigodos, Árabes e Berberes, Reconquista Goda na forma da Portugalidade, e a resistência desta até aos nossos dias, apesar das invasões a que esteve sujeita por castelhanos e franceses. Podemos também perceber uma longa permanência nos ditos “lapas da terra”, na consagrada expressão de José Mattoso, os que aqui sempre estiveram e suportaram todas as dominações garantindo recursos para si e para os que vieram de fora, mantendo estes, quase sempre, os núcleos de poder e outras centralidades fora da região. Dos povos enumerados, percebe-se que aqui houve alguma centralidade com os povos celtas e os godos e um maior descentramento com os romanos e os muçulmanos que a espoliaram de alguns dos seus mais preciosos recursos metalúrgicos, entre eles, o ouro e o estanho dos aluviões dos seus rios. O Zêzere e o Ocreza são designações arcaicas de rios de ouro. Todavia, foram também os romanos e os árabes os que aqui deixaram as marcas civilizacionais mais abundantes. Percebe-se igualmente a antiguidade da presença judaica e cristã, esta a mais evidente e sacralizadora do seu espaço, e a incapacidade do mundo muçulmano em fazer na península o que conseguiu no Norte de África, a islamização ou o predomínio do minarete sobre o campanário da igreja. A presença judaica também foi constante, ora aceite ora perseguida, mas sempre discreta e nunca dominante como querem alguns.

Concluindo

Percebemos, pois, desde há um milénio, uma Beira dividida entre a vertente norte e a vertente sul da Estrela e não nos parece que alguma vez tenha sido feito algo decisivo para uma ideia de identidade comum beirã. Todavia a identidade é um processo em construção e podemos fazê-la assentar historicamente no espaço vetusto da antiga diocese egitaniense e cumprir-se nos espaços fronteiriços desde o Douro ao Tejo sobre os atuais distritos da Guarda e de Castelo Branco e enriquecê-la humanamente no conceito que temos trazido à colação de Beiranidade, que mais não é do que um desiderato de desenvolvimento em todas as vertentes económico-sociais e artístico-culturais, na fraternidade possível com os territórios da vizinha Espanha. A resolução da questão toponímica fica em aberto, dada a sua complexidade, no entanto, deixamos aqui os contributos que agora nos são possíveis, considerando, no entanto, que a mesma pouco importa para o tema maior do desenvolvimento que deve sustentar-se sobretudo em um querer coletivo de mais e melhor, com trabalho e inteligência.

Bibliografia

- AZEVEDO, Rui de, *Documentos Medievais Portugueses*, 2 vols, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958.
- BAPTISTA, José David Lucas, *Do Ermínio à Serra da Estrela. Notas sobre uma Alteração Toponímica e Outros Estudos*, Mantegás, Edição do Parque Natural da Serra da Estrela, 1993.
- CINTRA, Luís F. Lindley, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo : seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre : contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1959.
- *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1971.
- FERREIRA, Pedro Augusto, *Tentativa etymologico-toponymica ou investigação da etymologia ou Proveniencia dos nomes das nossas povoações*, Porto, Typographia Pereira, 1907.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*, 8^a ed. definitiva, 8 volumes, Paris e Lisboa, Aillaud & Bertrand, [ca 1875].
- HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae monumenta historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... , iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita, Olisipone, typis Academicis, 1856-1977*.
- MARQUES, José, «As Doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, Vol. V/ Sociedade, administração, Cultura e Igreja em Portugal no século XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997.
- MARTINS, Mário, «Ladainhas de Nossa Senhora em Portugal (Idade Média e séc. XVI)», *Lusitania Sacra*, Lisboa, 5 (1960-1961), pp. 121-220.
- PEREIRA, António dos Santos, «A Fronteira Beirã no tempo de D. Afonso Henriques. Algumas notícias covilhanenses» pub. in *Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, Vol. II/ A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, pp. 201-221.
- TOYNBEE, Arnold J., *A Study of History*, 12 vols. London, Oxford University Press, 1934-1961.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (coord.), *Diccionario da chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias...*, Porto, Livraria Portuense de Clavel, 1884.

